EMENDA Nº 75

Com base no art. 7º do Regulamento Interno da Comissão, dê-se a seguinte redação ao art. 43, caput do anteprojeto:

Art. 43. Na regulação da exploração de aeródromos civis públicos explorados diretamente pela União ou mediante concessão, a ANAC, como autoridade de aviação civil, objetivará, em especial:

JUSTIFICATIVA

Entende-se ser necessária a modificação do presente artigo, pois o regime de concessão deve ser diferenciado daquele explorado exclusivamente pela União, uma vez que, no contrato de concessão, há a delegação da prestação do serviço público à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, conforme artigo 2º, inciso II da Lei Geral das Concessões (8.987/95).

Já com relação à autoridade civil, esta deve ser especificada, uma vez que é de competência da ANAC dispor sobre os assuntos tratados em todos os incisos do referido artigo, conforme a Lei 11.182/2005, a qual criou a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, bem como definiu suas competências em seu artigo 8º.

Brasília, 23 de março de 2016.